

# JORNAL DO SINDICATO



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

■ DIREÇÃO 2011/2014 ■ OUTUBRO/2013

## OUTUBRO DE FESTA E DE LUTA

**VIII Festa**  
Comemorativa do Dia dos Funcionários Públicos de Diadema

Baile, churrasco, sorteios, animação e confraternização...

**25 outubro 2013**  
sexta-feira  
a partir das **18h**

Local: Clube Okinawa  
Rua Sete de Setembro, 1670  
Diadema

Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema

No mês do servidor, a agenda conta com debates, lutas e comemorações:

■ **Debate Terceirização no Setor Público - Uma ameaça aos trabalhadores e à população**

16 de outubro, às 18h30 na Sede do Sindema

■ **Debate Privatização do Sistema Municipal de Ensino - o convênio com o SESI**

18 de outubro, às 19h00, na Sede do Sindema

■ **Corrida e Caminhada do Sindema**

20 de outubro, às 8h30 na Avenida Ulysses Guimarães, esquina com a Avenida Roberto Gordon.

■ **Plenárias da Educação** - Pauta: debater e deliberar sobre a proposta de aplicação do 1/3 da jornada extraclasse para o magistério. Duas opções de data: Em 19 de outubro, sábado, 10h00 ou 23 de outubro, às 19h00 na Sede do Sindema

■ **Festa Comemorativa do Dia dos Funcionários Públicos**

25 de outubro, a partir das 18h00 no Clube Okinawa

Leia também nesta edição

Página 2

PL que privatiza políacas públicas pode ser votado

Página 3

GCPs querem aprovação de PL para gratificação de risco de vida

Página 3

Cadê o plano de carreiras, senhor prefeito?

Página 4

Vereadores aprovam projeto que privatiza sistema de ensino

# PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO: CUT não vai baixar a guarda

No mês de setembro, as lutas trouxeram bons resultados para a classe trabalhadora contra o PL 4330. Ainda que as mobilizações dos sindicatos e a firme disposição dos trabalhadores tenham feito com que a liderança do governo e a bancada do PT se comprometessem a não votar o projeto de lei que amplia as terceirizações e a precarização do trabalho no Brasil, a CUT irá reforçar a mobilização até que o PL 4330 seja definitivamente retirado da pauta do Congresso Nacional.

## Setembro de lutas

A votação do PL4330, planejada para 3 de setembro, foi cancelada graças às mobilizações dos/as sindicatos cutistas. Apesar da violência policial contra os/as trabalhadores/as, a truculência não intimidou os/as manifestantes.

As ações dentro e fora do congresso continuaram e garantiram uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados, em 18 de setembro. Nesse dia, os representantes patronais e deputados pró precarização foram derrotados no debate diante da força e da veracidade dos argumentos apresentados pelos magistrados, procuradores, deputados e dirigentes sindicais.

Do lado de fora do Congresso Nacional, centenas de militantes cutistas protestavam contra o PL 4330, impedidos de entrar na audiência pelo Presidente da Câmara, que contou com forte aparato da polícia federal legislativa, com o reforço da polícia militar.

Esta etapa, que agregou importantes apoios, resultou no recuo do presidente da Câmara, que pretendia levar o projeto à votação direto para o plenário sem a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora, o PL4330 voltará para a CCJ para ser apreciado em cinco sessões.

## Efeito avassalador

A luta contra o PL de autoria de Sandro Mabel (PMDB-GO) ganhou mais fôlego com o apoio de 19 dos 26 ministros do TST (Tribunal Superior do Trabalho), da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), de 27 presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos auditores fiscais. Se aprovado, o PL 4330 reduzirá a renda em até 30% de imediato de acordo com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Mauricio Godinho Delgado. Durante a Audiência Pública, Delgado afirmou que o PL irá generalizar as terceirizações e as categorias profissionais tendem a desaparecer porque todas as empresas – e o governo – poderão terceirizar suas atividades. “E o desaparecimento das categorias profissionais terá um efeito avassalador sobre as conquistas históricas.”

## Impacto no funcionalismo público

Na administração pública o PL 4330 deixa a porta aberta para contratação de terceirizados de forma indiscriminada. Embora continuem constando formalmente, na prática os concursos públicos deixarão de existir, substituídos pela contratação de terceiros em todas as esferas públicas. Com isso os institutos de previdência, como o IPRED não terão sustentabilidade. Além disso, a redução da massa salarial no país também levará ao rebaixamento dos salários no setor público.

## Sindema realiza debate sobre a terceirização no Setor Público

Jornada mais extensa, salário 27% inferior, rotatividade mais de duas vezes superior, permanência de 2,6 anos a menos no emprego, com serviços precários responsáveis por 80% dos acidentes registrados, aponta estudo do Dieese sobre a situação dos terceirizados no Brasil. Para tratar da terceirização no setor público, o Sindema convida a todos os/as servidores/as a participar do debate “Terceirização no setor público – uma ameaça aos trabalhadores e à população”, que contará com a presença do presidente do SINDSAUDE/SP, Gervásio Foganholi, e da Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Graça Costa. O debate será na quarta-feira, 16 de outubro, às 18 horas, na sede do Sindicato. Compareça!

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



Protesto contra o PL4330 na CCJ em 3 de setembro

## PL 92, que privatiza as políticas públicas, pode retornar as sessões de votação

O Projeto de Lei 92/07 voltou à pauta da Câmara dos Deputados através de um acordo entre as lideranças, por pressão do Executivo. O PL que regulamenta a criação de fundações estatais de direito privado seria votado em 13 de agosto, mas não foi devido ao cancelamento da ordem do dia.

De acordo com o texto, poderão ser criadas fundações públicas nas áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, ciência e tecnologia, ensino e pesquisa, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social, promoção do turismo nacional, formação profissional e cooperação técnica internacional. Tais fundações funcionarão com receitas provenientes do orçamento anual da União, bem como de auxílios e subvenções do poder público ou da iniciativa privada.

A estrutura privada das Fundações Estatais colocará por terra o princípio da universalidade do acesso irrestrito da população aos serviços públicos. Mesmo que esses não aconteçam atualmente por falta de investimento em políticas públicas essenciais, ainda estão garantidos na legislação e nos princípios do SUS. O PL 92 também colocará por terra a universalidade de acesso no cargo público através de concurso público, aprofundando o fisiologismo e patrimonialismo na Administração Pública.

Alega-se a redução do gasto público com pessoal e encargos, mas para o servidor significará uma nova relação de trabalho. De acordo com o dirigente da CUT, Pedro Armengol, será mais difícil resistir à eventual corrupção ou desmando, uma vez que o servidor estará vulnerável à demissão à qualquer tempo, desde que motivada em “insuficiência de desempenho” ou necessidade da administração.

Temos de agir frente a esse ataque dos interesses das elites econômicas. Precisamos construir mecanismos e propostas de alternativas reais para os serviços públicos brasileiros, sob a visão de todos os que vêem no Estado um real instrumento de materialização do bem-comum.

## Prefeito, cumpra as promessas de campanha: plano de Carreira para todos/as!

Na semana passada o Prefeito Lauro Michels enviou para a Câmara o projeto de lei complementar 035, que aumenta os percentuais de mestrado de 15% para 20% e de doutorado de 25% para 30%. Além disso, o procurador municipal que publicar obras e artigos jurídicos passará a receber um adicional de 75%, além de outros benefícios como a promoção por antiguidade vigente desde 1999. Isto significa que continuará a prática de atender a pressões de segmentos em detrimento de uma política justa e igualitária para o conjunto da categoria.



Na Prefeitura de Diadema, 70% dos trabalhadores/as não têm plano de carreira, ou seja, sofrem com a desvalorização profissional e ausência de perspectivas de promoção e progressão. Os trabalhadores/as da Saúde, da Cultura, Esporte, Assistência Social, Obras e Serviços e todos os funcionários das áreas administrativas continuam na luta pelo Plano de Carreira.

Passados nove meses, a Prefeitura não apresentou uma proposta de plano. As reais intenções deste governo em relação ao plano de carreira dos servidores estará na proposta de Plano Plurianual (2014, 2015 e 2016) e na Lei Orçamentária 2014, onde deverá constar recursos para reajustes e plano de carreira.

### Quem já possui plano de carreira?

Em 1997, por exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os professores conquistaram o primeiro plano de carreira – o Estatuto do Magistério. Em 2011, depois de muita luta, paralisações e da greve que envolveu todo o funcionalismo, o Estatuto foi revisto e garantiu equiparação salarial e melhorias no sistema de progressão funcional.

Em 2009, depois de dois anos de difíceis negociações, a Guarda Municipal também conquistou seu plano de carreira, contemplando a reivindicação de promoções. No entanto, as progressões ainda não foram implantadas à espera das diretrizes para o conjunto da categoria.

### Vamos à luta

Se a Prefeitura não prever reajustes e investimentos nas carreiras significará arrocho salarial e desvalorização do funcionalismo. Vamos à luta, com todas as armas, por salários, carreira e condições de trabalho.



**O Sindema se solidariza com os profissionais da educação municipal do Rio de Janeiro que, ao utilizarem do seu direito de greve contra um plano de carreira imposto, tiveram de enfrentar a violência da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sob o comando do governo de estado.**

## Lei federal não é necessária para que prefeitura pague Gratificação de risco de vida para GCPs

A negociação com a Prefeitura para a criação da gratificação de risco de vida para os GCPs é independente da lei 12.740, que consolida o adicional de periculosidade para atividades perigosas, incluindo aquela executada por profissionais de segurança patrimonial e vigilância. No caso das Prefeituras, basta criar uma lei municipal que assegure o direito, como a lei que já existe para os GCMs.

Mesmo que essa reivindicação sempre tenha constado na pauta da categoria, os GCP de Diadema ainda não tem gratificação de risco de vida. Em 9 de setembro, durante reunião com a Secretaria de Defesa Social ficou acordado, entre a Secretaria e o Sindema, a elaboração de proposta de Projeto de Lei para tratar dessa gratificação, bem como a realização de estudo de impacto financeiro da sua aplicação.

Na plenária da GCP, que aconteceu em 19 de setembro, os presentes aprovaram a proposta de Projeto de Lei apresentada pelo Sindema. Na proposta, a gratificação defendida é de 30% sob o valor do salário-base dos GCPs e representa um acréscimo menor do que meio por cento na folha de pagamento da prefeitura. Também ficou acordada a coleta de assinaturas na categoria em apoio à proposta de projeto de lei.

O Projeto de Lei foi protocolado junto a Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Gestão de Pessoas. Por telefone, foi informado ao Sindema que a proposta já foi apresentada ao Prefeito Lauro Michels, que orientou o estudo da viabilidade financeira para implantar a gratificação.

### Abaixo-assinado

Enquanto o projeto não vira lei, é fundamental que os GCP's mantenham-se organizados e unidos. Até agora, 90 GCPs já firmaram o abaixo-assinado que reivindica que o Projeto de Lei que institui a gratificação, proposto pela categoria, através do Sindema, seja encaminhado imediatamente para votação na Câmara Municipal de Diadema. A íntegra da proposta do projeto de lei está em [www.sindema.org.br](http://www.sindema.org.br)

## Mudança nas creches: como fica o direito das crianças e das mães?



A Secretaria de Educação anunciou que as creches só vão acolher crianças que tenham entre 0 a 3 anos. Com isso, amplia-se o número de vagas para crianças menores, mas faz com que os educandos de 4 e 5 anos tenham de ficar nas escolas apenas em período parcial.

Além disso, está modificando a data de corte etário de 31 de março para 30 de junho a partir de 2014. Dessa forma, as crianças irão queimar etapas: do maternal, elas vão direto para a fase II; crianças com cinco anos e meio para o primeiro ano do ensino fundamental. Tal medida, no entanto, desconsidera o artigo 29 da Lei de Diretrizes Básicas que diz que “a 1ª etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Diante desse quadro, o Sindema pergunta:

- As nossas escolas comportam atender todas as crianças de 4 anos?
- Haverá espaço físico e condições de trabalho adequadas?

# Sem debate com a rede de ensino, vereadores aprovam projeto de lei do Sistema Sesi-SP

Os/as profissionais da educação e o Sindema estavam na Câmara Municipal de Diadema em 3 de outubro; expuseram seus argumentos a favor de um debate com a rede de ensino antes de votar o PL que trata da implementação do Sistema Sesi. Mas a maioria dos vereadores ignorou os apelos da categoria para que a decisão fosse adiada: a bancada governista fugiu do assunto e aprovou, em primeira votação, o projeto de lei que autoriza a privatização do sistema de educação através de convênio com o Sesi.

Agora, caso seja aprovado na segunda votação, o PL vai para a sanção do Prefeito e, após a publicação da Lei, o convênio pode ser firmado.



Em panfleto distribuído à população, a Secretaria da Educação manipula informações e afirma que o "Sistema Sesi tem o melhor IDEB do país". No entanto, a pontuação de 7,4 refere-se às 175 escolas mantidas diretamente pelo Sesi, que atendem apenas parte dos filhos dos trabalhadores das indústrias paulistas.

O sistema custará cerca de 3 milhões por ano e vende-se a ilusão de que a rede municipal terá a mesma infra-estrutura escolar das escolas próprias do Sesi. A realidade das poucas cidades que compraram o tal Sistema Sesi é bem diferente. É o caso de Araraquara, cujo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica está abaixo da média de Diadema.

O Sindicato luta para que os/as professores/as participem e decidam sobre o sistema de ensino.

## É HORA DO AQUECIMENTO



Os/as corredores/as e caminhantes de plantão já estão

se preparando para a III Corrida e Caminhada Sindema, que acontecerá em 20 de outubro. A largada será às 8h30 na Avenida Ulysses Guimarães, esquina com a Avenida Roberto Gordon. Serão três categorias: geral, por faixa etária e Funcionário Público da Prefeitura de Diadema. A prova de corrida terá sete quilômetros e a caminhada 3,5 quilômetros.

## Prefeitura renova contrato com a Apetece

A Prefeitura de Diadema renovou contrato com a Apetece para que a mesma siga servindo refeições até setembro do próximo ano, conforme publicação oficial no Diário Regional de 14 de setembro. Hoje a Prefeitura paga mais de R\$ 13,00 por uma refeição de péssima qualidade. Porque será que a prefeitura escolheu comunicar apenas em um edital, com letrinhas pequenas e de difícil leitura, que vai continuar terceirizando as refeições?

Só tem uma solução para resolver definitivamente este problema: Vale Refeição para todos!

Sábado, 14 de setembro de 2013 **DIÁRIO REGIONAL**

**DESP. SECR. GESTÃO DE PESSOAS**  
**PC:838/11 - PR:42/12. Resumo Prorrogação do Contrato 91/12 entre Município Diadema e Apetece Sistemas de Alimentação S/A p/Contratação de Empresa p/ Preparo e Distribuição de Refeições, compreendendo todos os insumos, materiais de limpeza, descartáveis, mão de obra, transporte, utensílios e equipamentos, para todos os servidores públicos municipais e convênios. Fica prorrogada a vigência até 11/09/2014. Resumo Reajuste Contrato 91/12 entre Município Diadema e Apetece Sistemas de Alimentação S/A p/ Contratação de Empresa p/ Preparo e Distribuição de Refeições, compreendendo todos os insumos, materiais de limpeza, descartáveis, mão de obra, transporte, utensílios e equipamentos, para todos os servidores públicos municipais e convênios. Ficam reajustados os preços em 4,92%, conf. IPC FIPE acum. Ago./2012 à Jul./2013. Vir R\$4.911.308,64**

## SINDICALIZE-SE! : Curta o Sindema no Facebook...



**Trabalhador/a unido/a, luta e conquista através do Sindicato!**



**... e acompanhe diariamente as lutas e conquistas da categoria: [www.facebook.com/sindema.org](http://www.facebook.com/sindema.org)**

**EXPEDIENTE** JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

**Direção do Sindicato:** Jandyra Uehara Alves (presidente), José Aparecido da Silva; Mara Neide Ferreira Linhares Hora; Domingos Tomáz de Souza; Antonio Carlos Gonzaga; Roseli Aparecida de Souza; Ana Maria da Silva Santos; Maria Aparecida de Moraes Ribeiro; Edilei Ruth Teixeira de Oliveira; Benedito de Oliveira Lima; Shedd Pegáz; Fonlana Cheung; Floripes de Aguiar Kikuti; Cristiane Alves Tibúrcio. **Conselho Fiscal:** Luis Roberto Bezerra de Paiva; Rosânea das Dores Mendes; Nadia Helena Guardini; Neide Soares Fonseca; João Batista Andrade; Kelli Cristina Cursino. **Representantes junto à Federação:** Renilva Mota Ferreira; Epaminondas R. de Oliveira Filho; Jacqueline de Souza Simões; Francisco Pereira Alencar.

**Jornalista responsável:** Daniela Stefano (MTb 27926) **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

Sede: Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Tel.: 4053-2930 Site: [www.sindema.org.br](http://www.sindema.org.br) Email: [sindema@terra.com.br](mailto:sindema@terra.com.br) [facebook.com/sindema.org](http://facebook.com/sindema.org)